

PERSPECTIVAS SOBRE A NECESSIDADE DE UM CURSO PARA COMANDANTES DE SUBUNIDADE

Alexandre Menezes Silva

Especialista pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 2013. Atualmente é instrutor da AMAN

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma reflexão sobre a atual formação dos comandantes de subunidade do Exército Brasileiro, com enfoque nas companhias e esquadrões. Essa reflexão busca, em sua essência, analisar a necessidade do estabelecimento de um curso para comandantes de subunidade, cuja premência é caracterizada ao longo do texto. Para tanto, apresenta-se inicialmente a sistemática atual da formação técnica e os seus principais óbices, identificados com base na experiência do próprio autor. Na sequência, comparam-se os modelos adotados nacionalmente e em outros exércitos, conforme entrevistas realizadas com oficiais que cumpriram missões em outros países, para, por fim, ponderar-se sobre a adoção de um novo formato para a preparação do oficial comandante de subunidade no Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Curso de Comandante de Subunidade. Formação do oficial combatente. AMAN.

ABSTRACT

This article intends to present a reflection about the current training program for Sub-Unit commanders within the Brazilian Army. It focuses on Infantry Companies and Cavalry Squadrons. The reflection seeks to justify the implementation of a course for Sub-Unit commanders, which necessity is featured throughout the text. Therefore, it's initially presented the current framework of the professional training for the officers of combat arms and its issue. Afterwards, the national model is compared to different models used by other Armies, based on interviews with officers whom have been assigned to overseas operations. Finally, it's pondered about the adoption of a new way to prepare the sub-unit commanders in Brazilian Army.

Keywords: Sub-Unit Commander Course. Combat Arms officer training. AMAN.

1 INTRODUÇÃO

Parte considerável das novas publicações sobre Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTP), sistemas de armas e métodos de planejamento se refere à subunidade (SU) como o elemento de tropa basilar para o emprego tático em campanha. Conforme descrito no Manual de Ensino EB60-ME-13.301 (2019, p. 1-6), “as subunidades representam o menor escalão capaz de preparar, organizar e conduzir seus meios para executar as ações táticas numa operação militar”, constituindo-se no nível mais elementar no qual as diversas funções de combate podem ser gerenciadas, de fato, pelo seu comandante. Consiste no primeiro escalão que, por exemplo, constitui Forças-Tarefas, responsabiliza-se por zonas de ação, executa a coordenação de fogos e possui elementos específicos para execução de atividades logísticas. A descentralização de ações do combate moderno e os recursos cada vez mais sofisticados que vêm sendo incorporados às frações e subunidades avultam ainda mais o seu papel primordial, resultando num nível inédito de poder de combate nesses escalões e de envergadura decisória dos militares em chefia.

As capacidades profissionais dos comandantes das subunidades (Cmt SU), assim, são evidenciadas como de importância capital para o sucesso das operações. A ressaltada relevância desse cargo – e a presumida tendência de seu incremento – conduz a uma reflexão acerca de sua preparação formal: o modelo atual de formação dos Cmt Cia, Esqd e Bia ainda é adequado para os desafios vindouros da Força Terrestre?

Sabe-se que a escola responsável pela formação do Cmt SU operacional é a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Embora o exercício do comando de SU ocorra, comumente, por capitães aperfeiçoados, as competências profissionais a ele relativas estão contidas no Perfil Profissiográfico do concludente do curso de formação de oficiais da AMAN, e não da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). A segunda, por sinal, incumbe-se de habilitar seu concludente ao comando de Organização Militar (OM) valor unidade (BRASIL, 2016), sendo esse o foco de toda a sua estrutura de ensino.

O presente artigo intenciona, dessa forma, efetuar a mencionada reflexão. Para tanto, toma como objetivo apresentar um olhar sobre pertinência da criação de um curso específico que auxilie a superar os dilemas observados, inerentes à atual a formação do oficial combatente para o comando de uma subunidade, os quais vêm a ser descritos ao longo do texto. Naturalmente, o trabalho não visa cometer a imprudência de prescrever uma solução definitiva, mas apenas levantar ideias, de forma sucinta, sobre caminhos a serem seguidos.

Para isso, em termos de metodologia, vale-se da associação da experiência do próprio autor, que nos últimos anos tem participado diretamente da formação dos Cmt Cia na AMAN, do estudo dos documentos de currículo da formação do oficial combatente de carreira do Exército Brasileiro e de algumas ponderações sobre modelos adotados no contexto internacional, conforme entrevistas colhidas com oficiais que tiveram experiência pessoal em outros países.

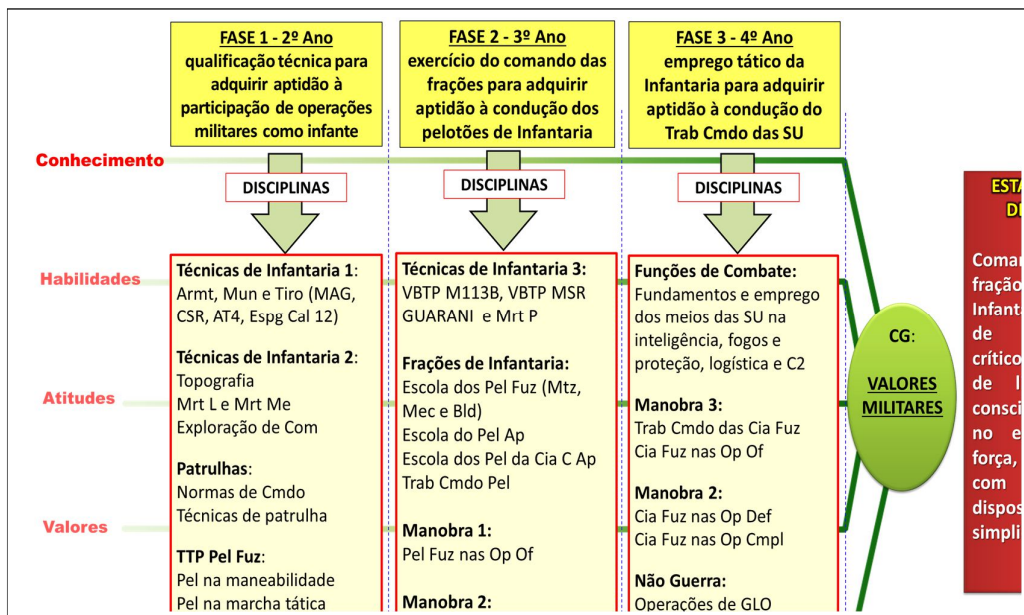
Para fins de ajuste sistemático, é tomada como foco a formação do comandante de subunidade de manobra, particularmente da companhia de fuzileiros. Entretanto, o cerne dessa apreciação pode, decerto, ser expandido para a formação do comandante de subunidade combatente numa percepção mais generalizada, mesmo além das armas-base.

2 DESAFIOS DO ENSINO DE COMANDO DE COMPANHIA NA AMAN

Os Perfis Profissiográficos do Concludente do Curso de Formação e Graduação de Oficiais da AMAN e os respectivos Mapas Funcionais são documentos orientadores que descrevem as diversas competências a serem atingidas pelos profissionais formados na Academia Militar. O cumprimento dessas competências habilita o oficial a exercer os cargos de tenente e capitão não aperfeiçoado nos corpos de tropa (BRASIL, 2016). Para tanto, o ensino propriamente profissional da AMAN, conduzido pelos seus diversos cursos, tem como uma de suas vertentes a capacitação técnica ao comando das frações e das subunidades incorporadas às unidades operacionais.

Para fazer alcançar as capacidades delineadas, o Plano de Disciplinas (PLADIS) atual do Curso de Infantaria da AMAN está organizado em três níveis de competências a serem trabalhadas pelos seus cadetes, que correspondem aos três anos em que o discente frequenta o curso. No 2º ano, as disciplinas e os conteúdos se voltam para uma qualificação técnica do infante, com foco no ensino sobre os produtos de defesa essenciais para seu exercício profissional e sobre as mais básicas TTP das frações de fuzileiros. No 3º ano, o cadete aprende com mais profundidade as escolas das frações, as especificidades, as diferentes naturezas e processos de emprego dos diversos tipos de pelotão de uma OM de Infantaria. Por fim, no 4º ano, ensina-se ao cadete os fundamentos básicos do planejamento tático, com foco no Trabalho de Comando, nível subunidade, nos diferentes tipos de operações militares. Essa fase final é a dedicada à preparação para o exercício do comando de uma companhia de fuzileiros.

Figura 1 – a vertente cognitiva do atual ensino propriamente profissional no Curso de Infantaria



Fonte: Curso de Infantaria da AMAN

O modelo atual é fruto de sucessivos aprimoramentos dos PLADIS do curso e está, certamente, no seu melhor nível desde a implementação da Nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira da Linha de Ensino Militar Bélica do Exército Brasileiro (FOCLEMB). Ele reconhece que a instrução de subunidade deve somente ocorrer no 4º ano, pois o cadete não possui maturidade profissional para recebê-la nos anos anteriores, e conduz o ensino de forma gradual a esse nível. Entretanto, é lícito refletir sobre a eficácia atual e futura desse processo.

Evidentemente, não se espera que um aspirante recém-egresso da AMAN esteja plenamente apto ao comando de uma companhia em operações. A experiência a ser adquirida nos corpos de tropa é fundamental para o oficial futuro comandante de subunidade. Porém, em tese, ao final do curso da AMAN, o profissional deve estar tecnicamente preparado para essa posição. Por meio de observação direta dos tenentes de carreira, nota-se, contudo, que resta uma considerável dificuldade técnica dos mesmos em aplicação de conhecimentos sobre os processos de emprego da companhia em combate – dificuldade que não existe quando se trata de emprego de pelotões. Isso ocorre mesmo em universo de tenentes selecionados, como o de instrutores da AMAN. Nesse sentido, percebe-se que a preparação doutrinária do Cmt Cia, de alguma forma, carece de determinado nível de efetividade desde a sua formação.

Alguns óbices estruturais presentes na formação do comandante de companhia na AMAN podem ser descritos como causadores dessa carência. Como dito, são estruturais e, independentemente da conjuntura, podem apenas ser mitigados pelas boas iniciativas de cada equipe de instrução que passa pela Academia.

Uma primeira dificuldade existente é disponibilidade de carga-horária (CgH) para a instrução de SU. Como referido, a opção de concentrar os conteúdos de SU no 4º ano é imperiosa. E o ensino profissional no 4º ano, atualmente, é encerrado em 225 horas-aula, somando-se todas as UD, mesmo aquelas não relacionadas diretamente com o tema. Para fins de visualização, a instrução de comando de companhia em combate para a formação do oficial de Infantaria, por exemplo, pode ser aglutinada em menos de quatro semanas de instrução, incluindo todos os exercícios no terreno, o que é muito pouco. Mesmo com a atual tendência de alteração do 4º ano da AMAN, esse aspecto não será mitigado, pois não há previsão de inclusão de nova CgH para o ensino nos cursos, mas tão somente de sua concentração no último ano e o aprimoramento das atividades eletivas.

Também deve ser considerada a dificuldade gerada pela dinâmica acadêmica para a aplicação do conhecimento teórico por parte do cadete. A disputa pelo foco do discente, no ambiente de amplos

desafios ao qual ele é submetido na AMAN, é massiva. O cadete do 4º ano de Infantaria, por exemplo, somente participará de um único exercício no terreno em que ele poderá ver a aplicação da rápida instrução que teve sobre “A Cia Fuz no Ataque Coordenado”, e apenas 04 dos 150 cadetes terão a oportunidade de efetivamente se treinar no comando de uma companhia. Se ele for atleta em treino da NAVAMAER, ou caso esteja se preparando para o Curso de Operações na Selva, certamente terá este exercício como sua segunda ou terceira prioridade. Somem-se a isso os outros eventos que marcam esse ano derradeiro do discente na AMAN: trabalho de conclusão de curso, estágios no corpo de tropa, escolha de OM, sucessivas provas formais, disciplinas eletivas etc – diga-se de passagem, todas elas atividades de fundamental importância para iniciar a formação do chefe militar, missão imposta à AMAN (BRASIL, 2013).

No entanto, o óbice de maior impacto, certamente, é a dificuldade que o cadete tem de assimilar o emprego da SU em combate, em vista da sua inexperiência como comandante de pelotão. Isso define a baixa efetividade de seu aprendizado sobre a companhia. O cadete frequentemente não consegue visualizar as manobras de uma Cia porque ele nunca comandou uma fração, não vivenciou a dinâmica dentro de uma subunidade real e sequer teve algum contato com praças e demais subordinados em sua breve carreira. Como a preparação do Cmt Pel e do Cmt Cia são concomitantes – afinal ocorrem no mesmo curso de formação – o discente não teve oportunidade de vivenciar o primeiro antes de aprender o segundo.

Ao estudar as atividades nos trens de uma subunidade, por exemplo, o cadete, que nunca conviveu com um subtenente encarregado de material, não experimentou o tipo de liderança que ele tem sobre as demais praças e não compreende seu papel diante das tarefas a ele exigidas, acaba não tendo um rendimento compatível, pois se limita a imaginar como seriam tais relações com militares reais.

Nesse contexto, o cadete tende a focar seu preparo profissional, de forma justificável, no comando das frações de sua arma. O cadete de Infantaria se vê, e por isso se dedica mais a essa atividade, como um futuro comandante de pelotão. Do mesmo modo, até o próprio Curso intensifica o seu trabalho com o cadete para a ação de comando nas frações, pois esse é o seu objetivo imediato, e o comando de companhia somente viria, em tese, depois da EsAO. A Casa do Capitão, por outro lado, forma o chefe de seção de estado-maior (EM) e o comandante de batalhão, sendo esse o seu norte. Afinal, o Cmt SU já teria sido formado na AMAN. Desse modo, a formação técnica do comandante de companhia acaba não sendo prioridade de nenhuma das escolas de carreira.

3 ALGUNS MODELOS ADOTADOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL

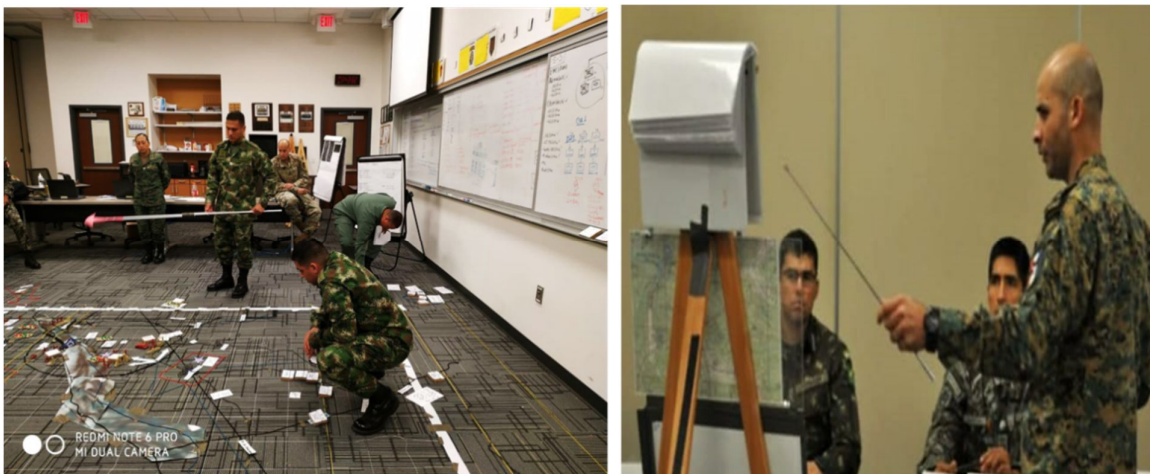
O estudo de alguns modelos de outros países revela soluções diversas para o mesmo desafio de capacitar os Cmt SU. Certamente, os diferentes tipos de itinerário de carreira em cada força demandam suas próprias soluções. Mas a simples identificação de determinados aspectos já pode ampliar a visão sobre o caso brasileiro e ajudar a delinear possibilidades de aprimoramento.

No Exército Norte-Americano, tomado sempre como uma referência mundial, a formação tática básica do oficial se dá após sua graduação no ensino superior, seja nas universidades civis, seja na *United States Military Academy* (USMA), em West Point. Nessa ocasião, os novos oficiais frequentam cursos de líderes, nas diversas escolas destinadas a essa formação, culminando na sua habilitação a comando nível pelotão. Após participar da vida como oficial subalterno, já no último ano no posto de primeiro-tenente, ele é designado para frequentar o curso de comandante de subunidade.

Até então, o oficial foi líder (comandante) de pelotão ou, no máximo, ocupou o cargo de *executive officer* (XO) da subunidade, algo como seu subcomandante. O principal curso para capitães de Infantaria e de Cavalaria é o Curso para Capitães de Carreira de Manobra (MCCC), realizado no Centro de Excelência em Manobra (MCoE), no *Fort Benning*, Geórgia. Atualmente, os alunos têm sido promovidos a capitão durante o curso, que tem a duração de 6 a 7 meses. Somente após a realização do MCCC, os novos capitães estão aptos a comandar subunidades incorporadas e mesmo a incorporar os EM

de unidades. Ressalte-se que o comando de SU ocorre não por designação do Cmt OM, mas por indicação específica do próprio sistema de pessoal do Exército.

Figura 2 – ensaio de missão e *briefing* no *Maneuver Captain Career Course* (MCCC) para alunos hispanófonos



Fonte: foto cedida pelo Maj Inf TULLIO, instrutor do MCCC-W

O Exército Canadense possui um sistema de formação similar ao do norte-americano. Após a graduação no *Royal Military College* (RMC) ou na universidade, o oficial de carreira frequenta o treinamento básico na guarnição de *Saint-Jean-sur-Richelieu*, na província do Quebec, e depois o específico – para o candidato a oficial de Infantaria, na Escola de Infantaria em *Gagetown* (NB). Em sua vida de tenente, o militar ocupará o cargo de comandante de pelotão e, antes de ser promovido a capitão, ele voltará a *Gagetown* para participar do Curso de Operações Táticas do Exército (ATOC), que tem duração média de um a dois meses e como escopo o treinamento nível subunidade.

Nesse ponto, há uma divergência do caso norte-americano, pois o capitão canadense ainda não comanda a subunidade, embora tenha se habilitado para tal, ocupando os cargos de SCmt SU e de adjunto de estado-maior nas OM. Ele somente é selecionado e designado para o comando de companhias nos Regimentos de Infantaria quando for promovido a major (em que pese o interstício de capitão ser menor no Canadá), após a conclusão do Curso de Operações do Exército (AOC), de seis meses, em *Kingston* (ON), cujo currículo é voltado para o comando de *Battle Groups* (unidades) e chefia de seção de EM de unidades e de brigadas.

Figura 3 – sala de instrução e exercício no *map model* durante o *Army Operations Course* (AOC)



Fonte: foto de arquivo do Maj Inf ALEXANDRE SILVA, ex-aluno do AOC

De forma similar ao Exército Canadense, as companhias de fuzileiros do Exército da África do Sul também são comandadas por majores. No caso do país africano, as promoções são vinculadas aos cargos e aos cursos de carreira. O oficial sul-africano, por exemplo, de Infantaria, faz seu treinamento básico de comandante de pelotão de fuzileiros após sua graduação, na escola da arma, para poder ser promovido a segundo-tenente. Ainda nesse posto, ele deve frequentar o curso de comandante dos pelotões especializados (Pel AC, Pel Mrt, Pel Ap etc), para ficar apto à promoção a primeiro-tenente. Antes de ser promovido a capitão, novamente deve retornar à Escola de Infantaria para realizar o curso de subcomandante de companhia.

O efetivo comando de uma subunidade, para qualquer arma, é precedido de uma capacitação em duas fases: a primeira com um treinamento na escola da arma e a segunda com a realização do Curso de Comandante de Subunidade Integrada (ISUC), em *Lohatla* (NC). Esse curso ocorre no ambiente de armas combinadas, conduzido de forma centralizada pelo Exército no *Combat Training Centre* (CTC), com duração de três meses em dois turnos anuais. Tem destaque a fase de operações, que ocorre nas últimas quatro semanas, com a integração dos alunos do ISUC com os de outros cursos, como os de aperfeiçoamento de sargentos e de estado-maior, além de um efetivo de uma brigada no terreno, participando de uma grande manobra escolar, cujas ações são planejadas pelos discentes.

Figura 4 – exercício final no *Integrated Sub-Unit Comander Course* (ISUC)



Fonte: foto cedida pelo Cap Inf SANTOS, ex-aluno do ISUC

Já no Exército Terrestre Francês, mesmo o profissional formado na tradicional *École Spéciale Militaire de Saint-Cyr* (ESM) realiza o treinamento nível fração na escola específica de sua arma, depois de graduado, junto a oficiais de outras origens. Após o período de oficial subalterno nos corpos de tropa, ele é promovido a capitão, mas ainda não exerce o comando de subunidades nos primeiros anos no posto. Os capitães sêniores passam por um processo seletivo do Exército e, por mérito, são designados para os comandos das diversas subunidades, por um período de nomeação de dois anos.

Para tanto, os oficiais selecionados frequentam o Curso de Formação dos Comandantes de Unidade (CFCU) – que, apesar do nome, se refere ao escalão subunidade – na escola da arma, como a de Infantaria em *Draguignan* e a de Cavalaria em *Saumur*. Os cursos duram em torno de 3 a 4 meses e trabalham tanto a parte tática como a administrativa do comando e da chefia de uma subunidade incorporada. Os capitães que não vêm a ser designados para o comando ocupam, em sua maioria, funções diversas nos estados-maiores das unidades, até a realização do próximo curso de carreira, na *École d'Etat-Major*.

Figura 5 – centro de simulação no *Cours de Formation des Commandats d'Unité* (CFCU) da *L'École de Cavalerie*



Fonte: foto cedida pelo Cap Cav RÉGO BARROS, ex-aluno do CFCU

Por fim, apesar de o Exército Argentino possuir diversas similaridades com o Brasileiro, a formação de seus comandantes de subunidade difere do que é feito no vizinho sul-americano. De maneira análoga aos casos anteriores, o oficial argentino realiza o curso de comandante de pelotão na escola de sua arma após sua formação no *Colegio Militar de la Nación* (CMN). Após o final do período de *teniente*, em torno de cinco a seis anos, mas equivalente ao segundo-tenente brasileiro, o oficial de Infantaria frequenta o Curso de Comandante de Subunidade (CJS) na *Escuela de Infantería*, no *Campo de Mayo*, em *San Miguel*.

O CJS tem uma fase de seis meses de ensino a distância (EAD) e três meses de ensino presencial, tornando-se uma oportunidade do tenente voltar à sua escola da arma e aprender as táticas da companhia antes de entrar na fase da carreira em que poderá ser designado para esta função, como *teniente-primero*. No modelo argentino, o comando das subunidades ocorre no posto de *teniente-primero*, após a conclusão do curso de comando referido – porém o oficial nessa fase já tem em torno de dez anos de carreira.

Figura 6 – atividades do *Curso de Jefe de Subunidad* (CJS)



Fonte: foto cedida pelo Maj Inf ASAURI, ex-instrutor da *Escuela de Infantería*

Como visto, cada sistema de ensino responde às demandas das Forças dos diferentes países e, até mesmo, à maneira como o cargo de comandante de subunidade é reconhecido em cada sistema. O Exército dos EUA, por exemplo, reconhece tanto o valor do Cmt SU que os militares em funções de comando subalternas sequer são chamados de comandantes, mas apenas de líderes, pois somente a partir do escalão subunidade existiria um comando a ser de fato exercido. Em alguns modelos, o

oficial é nomeado para o comando diretamente pelo sistema de pessoal da Força, e não por decisão discricionária do Cmt OM, seja para garantir a oportunidade de todos os capitães passarem por essa função, como no caso americano, seja para selecionar aqueles que possuem a necessária distinção para essa posição, como nos casos francês e canadense.

De toda forma, comparando-se os cenários relatados com o padrão adotado pelo Exército Brasileiro, destacam-se dois pontos de divergência entre o modelo nacional e os demais, nos quais eles são comuns: a formação tática do oficial concomitante à sua graduação acadêmica e o preparo para o comando de frações e de subunidades no mesmo curso.

O primeiro caso se substancia no tipo de estrutura do Curso de Formação de Oficiais (CFO) da AMAN, em que as fases de graduação e de formação profissional específica ocorrem simultaneamente. Ainda que o Exército Brasileiro não disponha de escolas especializadas para as diversas armas, quadro e serviço combatentes, os cursos da AMAN podem ser considerados como as suas versões nacionais. Mesmo assim, o ingresso do cadete na arma, e conseqüentemente o início de sua fase de formação técnica como oficial, é feita ainda durante a graduação acadêmica, e não após seu término, definindo tal singularidade brasileira em que as duas etapas ocorrem em paralelo.

Mas a peculiaridade da formação do oficial do Exército de interesse para o estudo em pauta é o fato da preparação técnica do comandante de pelotão e de companhia ocorrerem no mesmo curso. Além das adversidades de cunho didático que essa situação ímpar brasileira possui, já relatadas anteriormente, convém notar, também, o conseqüente lapso existente na carreira em que o oficial não frequenta os bancos escolares. Sabe-se que o itinerário formativo do oficial combatente de carreira possui a passagem obrigatória pela EsAO, que funciona como uma linha de controle transversal nos primeiros anos no posto de capitão para todos. Entretanto, a despeito de sua extensa duração, o curso de aperfeiçoamento é frequentado de oito a nove anos após a formação do oficial na AMAN, o que talvez seja uma lacuna temporal excessivamente dilatada.

Apesar desse período de lapso ser considerado o mais favorável às especializações profissionais, e, portanto, a fase em que o tenente frequentará cursos operacionais e técnicos específicos, estes conduzem a ramos particulares da carreira que podem, ou não, ser trilhados pelos oficiais. A massa da oficialidade manter-se-á fora das salas de instrução por todo o período (a despeito do Curso de Especialização Básica, o CEB, de cunho administrativo e voltado para ocorrer no estágio de aspirantes-a-oficial, que se caracteriza como uma continuação da própria formação como oficial). Além disso, a tendência atual de realização de cursos de especialização ainda na formação da AMAN recrudescer tal panorama, já que cada vez mais tenentes, uma vez especializados, não frequentarão tantos cursos ao longo de sua fase como oficial subalterno.

O esquema a seguir resume a relação entre habilitações obrigatórias, postos e os cargos comumente ocupados dentro de uma OM valor unidade, citados nos exemplos apresentados, em comparação ao modelo brasileiro, para fins de visualização do comando de subunidade em cada carreira. Cabe ressaltar que o gráfico visa ilustrar tão somente o comando da subunidade incorporada em si e não as carreiras como um todo, desconsiderando, propositadamente, todas as variantes a elas relativas.

Figura 7 – comparação de cursos de carreira para o comando de subunidade entre diferentes exércitos

O CCS tanto estimularia a educação continuada do oficial de carreira como maximizaria sua aprendizagem sobre a SU, por meio da associação de experiência profissional com a dedicação exclusiva dos alunos. Além disso, o curso, desvinculado da formação básica do oficial e de sua formatação mais rígida, permitiria a padronização de procedimentos táticos e difusão de melhores práticas e lições aprendidas das operações recentes e correntes do Exército para os futuros Cmt SU, melhorando o ciclo de aplicação dos conhecimentos de interesse da Força.

6 PERSPECTIVAS FUTURAS

Partindo da premissa da constituição do CCS como resposta ao problema atual da formação dos Cmt SU, convém expor algumas inferências sobre seus pontos de partida. Obviamente, seria uma leviandade apresentar propostas para estruturação do curso potencial sem maiores apurações nem a devida visão estratégica, tampouco sem apreciar outros estudos já realizados sobre o tema. Mas tome-se, aqui, a liberdade de levantar algumas percepções sumárias, ainda que desprovidas de maiores aprofundamentos, apenas para contribuir com a reflexão da questão considerada.

Num primeiro plano, cabe ponderar-se acerca do currículo escolar. Perguntas devem ser respondidas para que se fiquem claros os propósitos do curso e o tipo de oficial a ser qualificado. Será um curso que se baseia em manobras de uma natureza base, como a SU mecanizada, ou terá um rol de competências mais amplo, para isso valendo-se largamente de Pedidos de Cooperação de Instrução (PCI) para cumprimento de seus objetivos de aprendizagem? Teria um caráter puramente técnico/tático ou teriam também unidades didáticas sobre a administração da subunidade, até mesmo incorporando conteúdos atualmente presentes no CEB e no CAO 1º ano?

Em termos de procedimentos didáticos, convém pensar sobre as ferramentas metodológicas que serão usadas. Decerto, o ambiente escolar com discentes de diversos matizes operacionais intensifica o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de solução de problemas militares. Nesse sentido, o curso deve ser estruturado de modo a explorar ao máximo as experiências prévias de cada oficial-aluno na solução de diversos temas táticos. As metodologias ativas de ensino evidenciam-se poderosos instrumentos para tanto.

Além disso, o ensino híbrido entre uso de recursos de EAD e atividades presenciais se mostra, à primeira vista, muito útil. Ademais, o aproveitamento de boas práticas já realizadas em escolas como a AMAN, a EsAO e o Centro de Instrução de Blindados “Gen Walter Pires”, nos seus estágios táticos, pode robustecer a metodologia escolar do possível CCS.

Num segundo aspecto, é importante avaliar o fator locacional do curso. A opção natural seria o aproveitamento da facilidade de acesso a um amplo campo de instrução e da estrutura de cursos já existente na AMAN, transformando-os em verdadeiras “escolas da arma”. Há que se considerar que isso demandaria alterações nos QCP e ampliação física da Academia. Outra possibilidade seria a criação do CCS na EsAO, o que também exigiria diversas medidas de adaptação estrutural e curricular da Escola. Ainda, poder-se-ia constituir um centro de ensino próprio, valendo-se de instalações de alguma OM já existente, como um CPOR, por exemplo, ou construindo-se em novas áreas a serem definidas. Por fim, caberia acrescentar às considerações locacionais os custos permanentes de indenização de transporte dos alunos em cada turno do curso.

Em terceiro ponto, é pertinente refletir sobre as repercussões do estabelecimento de mais um curso de carreira para a trajetória profissional do oficial do Exército Brasileiro. Sem considerar, por óbvio, os impactos financeiros e as estratégias de pessoal do Exército, percebe-se que um curso de aproximadamente três meses presenciais no intermédio entre a formação e o aperfeiçoamento mitigaria os efeitos do lapso de educação continuada já referido. Além disso, sua implantação poderia ser o motor de uma transformação ainda mais ampla, englobando todo itinerário formativo do oficial. Essa transformação poderia incluir ações como a possível separação da graduação acadêmica, que ocorreria apenas nos três primeiros anos de formação – um na Escola Preparatória e os dois primeiros anos da AMAN – da sua formação tática de oficial, que se sucederia exclusivamente nos dois últimos anos da Academia Militar; ou mesmo a adaptação ou um possível encurtamento do curso de aperfeiçoamento na EsAO.

Por fim, independentemente da validade dessas considerações, a necessidade de repensar, periodicamente, a sistemática de preparação dos comandantes em todos os níveis no Exército Brasileiro evidencia-se indispensável. A análise contínua do ambiente é peculiar ao próprio processo decisório, verificando-se necessidades de intervenção. A tendência de aproximação da Força com os pares de outras nações, particularmente da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o incremento de sua participação nos compromissos da agenda internacional junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e o inescapável crescente emprego doméstico impõem novos desafios à Força Terrestre.

Portanto, mostra-se cabível ponderar se não teria finalmente chegado o momento de transformar a preparação dos Cmt SU da tropa, a fim de adequar o Exército aos desafios que ora lhe são, e os que ainda lhe serão, impostos. O aprimoramento do modelo atual pode refletir positivamente nas capacidades da Força Terrestre, ampliando o seu já atualmente reconhecido grande nível de profissionalismo e competência.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Tulio Pires. **Entrevista**, concedida a Alexandre Menezes da Silva. Resende-RJ, 1º de julho de 2019.

BRASIL. Academia Militar das Agulhas Negras. **PLADIS/PLANID DO CURSO DE INFANTARIA**. Edição 2019. Resende, RJ: AMAN, 2019.

_____. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **EB60-ME-13.301: Trabalho de Comando**. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: DECEX, 2019.

_____. _____. **Perfil Profissiográfico do Concludente do Curso de Formação de Oficiais da AMAN**. Boletim Interno. Nr 32/16. Rio de Janeiro, RJ: DECEX, 2016.

_____. _____. **Perfil Profissiográfico do Concludente do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da EsAO**. Boletim Interno. Nr 32/16. Rio de Janeiro, RJ: DECEX, 2016.

_____. Diretoria de Educação Superior Militar. **EB60-N-06.003: Normas para Formação e Graduação do Oficial de Carreira da Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro**. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: DESMil, 2013.

_____. Estado-Maior do Exército. **Portaria 152-EME, de 16 de novembro de 2010**. Aprova a Diretriz para Implantação da Nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira do Exército Brasileiro da Linha de Ensino Militar Bélico. Boletim do Exército. Nr 47. Brasília, DF: SGEx, 26 NOV 10.

CANADIAN ARMY. **Combat Training Centre**. Disponível em: <http://www.army-armee.forces.gc.ca/en/ctc/index.page>. Acessado em: 12 jul 19.

CONSEJO SUPERIOR DEL ARMA DE INFANTERÍA. **Unidades de educación**. Disponível em: <https://www.infanteria.com.ar/educacion/>. Acessado em: 12 jul 19.

ECOLES MILITAIRES DE DRAGUIGNAN. **Présentation de l'école de l'infanterie**. Disponível em: www.emd.terre.defense.gouv.fr/ei/presentation_ei.html. Acessado em: 12 jul 19.

EMÍDIO, Asauri Bastos. **Entrevista**, concedida a Alexandre Menezes da Silva. Resende-RJ, 3 de julho de 2019.
JÚNIOR, Otávio Santana do Rêgo Barros. **Entrevista**, concedida a Alexandre Menezes da Silva. Resende-RJ, 3 de julho de 2019.

LINS, Nilton Fabiano Velozo. **O aperfeiçoamento de oficiais de manobra no Exército dos Estados Unidos da América**. Doutrina Militar Terrestre em Revista. [S.I.], v. 1, n. 14, p.18-29, jul 2018. ISSN 2317-6350. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/1411>. Acesso em 12 jul. 2019.

SANTOS, Diego Miranda. **Entrevista**, concedida a Alexandre Menezes da Silva. Resende-RJ, 2 de julho de 2019.

SCHMIDT, Bernardo Hoffmann. **Curso de comandante de subunidade integrada (ISUC) - África do Sul**. Defesanet, 2017. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/27346/Curso-de-comandante-de-subunidade-integrada-%28ISUC%29---Africa-do-Sul>. Acessado em: 12 jul 19.